

FONTES DE FINANCIAMENTO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SUBAPROVEITAMENTO DOS RECURSOS VIA BNDES

Barbara Coscrato Gonçalves¹

Camila da Silva Macedo²

Juliana Leonardo de Oliveira Bergamini³

RESUMO

No atual cenário econômico brasileiro, a presença dos micro e pequenos negócios faz-se relevante para a geração de renda da população brasileira, haja vista que 98,5% dos empreendimentos estabelecidos no país correspondem a esses negócios; que participam da geração da renda de 70% dos brasileiros, o que requer atenção quanto à prosperidade e à permanência de suas atividades. A taxa de mortalidade que esses negócios enfrentam é elevada principalmente nos primeiros anos de vida; e, dentre os motivos, tem-se o tipo de financiamento por eles utilizado. Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é, por meio de um estudo qualitativo descritivo com procedimentos técnico-bibliográfico e documental, analisar as fontes de financiamento utilizadas pelas micro e pequenas empresas em 2017, e compará-las com a utilização de crédito disponibilizado pelo BNDES. Para tanto, foram coletadas informações da base de dados do SEBRAE, cujas análises demonstraram o financiamento bancário é pouco utilizado, por desconhecimento ou burocracia. Conclui-se que o BNDES está sendo subaproveitado, por falta de conhecimento e pela alta burocracia exigida na contratação dos financiamentos; o que poderia ser trabalhado a fim de se melhorar o acesso ao capital e contribuir para a perenidade dos negócios.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas. Financiamento. BNDES

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduanda em Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: barbaracoscrato@hotmail.com

² Graduanda em Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: camilamacedo96@outlook.com

³ Graduada em Ciências Contábeis, Mestre em Controladoria e Contabilidade. Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE. E-mail: ju.bergamini@hotmail.com.br

As micro e pequenas empresas são às que mais se desenvolvem no país, e, segundo dados do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), para 2017, dos 6,4 milhões de estabelecimentos existentes, 98,5% correspondem às micro e pequenas empresas. Ainda, conforme estimativas do SEBRAE, até 2022, o Brasil terá cerca de 17,7 milhões de pequenos negócios; o que supera em 43% o número atual de 12,4 milhões de microempreendedores individuais (MEI) e de micro e pequenas empresas.

A grande relevância dos micro e pequenos negócios resume-se ao fato de que praticamente 99% desses empreendimentos, em 2017, foram responsáveis pela geração de renda de 70% dos brasileiros; conforme afirma o presidente do SEBRAE Guilherme Afif Domingos. Os pequenos negócios, incluindo-se os microempreendedores individuais e as micro e pequenas empresas, representam 27% do PIB brasileiro, de acordo com dados do SEBRAE para o ano de 2017.

Para essas empresas se desenvolverem, necessitam da captação de recursos financeiros, ou seja, precisam de fontes de financiamento para poder aplicar no seu negócio; de forma que elas consigam ter um bom desenvolvimento, gerar lucro e permanecer em atividade.

Embora esses micro e pequenos empreendimentos sejam relevantes para a economia nacional, é árduo e não simples a captação desses recursos, já que existem algumas barreiras a serem enfrentadas; como, por exemplo, altas taxas de juros, burocracia em relação à exigência de documentos contábil e fiscal, falta de garantias, falta de avalista/fiador, desconhecimento de linhas alternativas de financiamento como o BNDES etc.

Partindo-se do contexto relatado sobre a relevância das micro e pequenas empresas para a economia nacional e considerando as possibilidades de financiamento e as dificuldades de acesso ao crédito para desenvolvimento de suas atividades, é apresentado o seguinte problema de pesquisa:

Ao serem consideradas as diversas fontes de financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE's), quais são as fontes de financiamento por elas mais utilizadas e qual é a relação das MPE's com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)?

Diante do exposto, o objetivo geral do presente artigo é demonstrar, por meio de um estudo qualitativo descritivo com procedimentos técnico-bibliográfico e documental, quais são as fontes de financiamento utilizadas pelas micro e pequenas

empresas em 2017, e compará-las com a utilização de crédito disponibilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no mesmo ano. Como objetivos específicos, verificam-se quais os entraves à captação dos recursos necessários às atividades dessas empresas, quais os tipos de financiamento em destaque no ano de 2017, e a análise da percepção dessas empresas frente aos empréstimos e financiamentos ofertados pelo sistema bancário brasileiro.

A justificativa para a realização desta pesquisa fundamenta-se, portanto, na relevância das micro e pequenas empresas para a economia brasileira; o que faz necessário um estudo detalhado sobre as fontes de financiamento disponíveis a elas, em especial sobre os recursos via BNDES, pelas vantagens oferecidas e muitas vezes desconhecidas pelos empresários. O tipo de fonte de financiamento pode impactar de forma positiva na estrutura dessas empresas, possibilitando alavancar os resultados e aumentar a rentabilidade, assim como liquidar as operações, e culminar em mortalidade dessas empresas.

Espera-se com este trabalho contribuir com um estudo detalhado acerca da estrutura de financiamento dessas empresas de forma a deixar evidente o que pode ser melhorado para o acesso ao crédito; dado que tais empresas contribuem muito para a economia do país, e se permanecerem em atividade, os benefícios inerentes a elas serão traduzidos em uma melhora da economia nacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Micro e pequenas empresas

Quanto às definições de micro e pequenas empresas, a principal distinção é o faturamento anual de cada segmento. Além disso, a classificação dessas empresas é definida pelo número de funcionários e atividade desempenhada. Com a expansão do negócio, podem haver alterações nesses fatores; e assim, pode-se passar de um segmento a outro.

Para seu funcionamento, é imprescindível que sejam regularizadas perante o poder público por meio do Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou por outro registro, como DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), NIRF (Número do Imóvel na

Receita Federal) e Inscrição Estadual, segundo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Conforme a Lei Complementar nº 123 de 2006, são consideradas microempresas aquelas que auferirem em cada ano-calendário receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). No caso de empresa de pequeno porte, serão consideradas aquelas que auferirem, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Já pelo SEBRAE, a principal diferença entre os dois segmentos se dá pelo número de funcionários. Dessa forma, microempresa é aquela que emprega até 9 pessoas, no caso do comércio e serviços, ou até 19, no caso dos setores industrial ou de construção. Já a pequena empresa ou empresa de pequeno porte, é aquela que emprega de 10 a 49 pessoas no caso de comércio e serviços; e de 20 a 99 pessoas, no caso de indústria e empresas de construção.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também mantém uma classificação particular para micro e pequenas empresas, que é utilizada para concessão de crédito, com base nos parâmetros de criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Pelo BNDES, microempresa é à que apresenta receita bruta anual de até R\$ 1,2 milhão; e pequena empresa é aquela que possui receita bruta anual superior a R\$ 1,2 milhão e inferior a R\$ 10,5 milhões.

2.1.1 Relevância das micro e pequenas empresas

As micro e pequenas empresas possuem um papel muito significativo para alavancar o desenvolvimento do país. Conforme pesquisa do SEBRAE em 2017, prevê-se que em cinco anos o número de pequenos negócios aumentará 43%, e que até 2022 o Brasil terá cerca de 17,7 milhões de pequenos negócios. Assim, haverá mais de um milhão de novos empreendimentos por ano, segundo estimativa do SEBRAE. Elas constituem-se como uma das principais geradoras de riqueza do comércio no Brasil, ampliando o mercado de empregos e aumentando a economia.

As maiores concentrações dessas empresas encontram-se na região Sudeste, representando 48% do total desse público. Os três maiores estados em

números de pequenos negócios são São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ainda conforme pesquisa do SEBRAE (2017).

Considerando o atual cenário brasileiro de desemprego, com a apuração pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se um índice de desemprego elevado para o trimestre encerrado em maio de 2018: 12,7%. Tem-se, nas micro e pequenas empresas, elementos propulsores da economia nacional; dado que elas ocupam 99% dos estabelecimentos existentes no país (SEBRAE, 2018). Com isso, as MPE's respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado.

As micro e pequenas empresas são, portanto, às que mais empregam pessoas; abrangendo desde os analfabetos até pessoas inseridas no nível de ensino superior. Não há discriminação social que contribua com a diminuição do desemprego. Elas atuam em todas as partes da sociedade no país, principalmente nas partes mais desfavorecidas, conforme Bertasso (2010 apud SILVA, 2017).

2.1.2 Taxa de mortalidade

As MEP's, por mais que sejam importantes para a economia do país, enfrentam alta taxa de mortalidade (RODRIGUES, 2017). Entretanto, embora a taxa de mortalidade ainda seja alta nos dias atuais, ela tem decrescido (EVERTON JUNIOR, 2017).

Conforme Everton Junior (2017), a partir de 2014, a taxa de mortalidade das MPE's subiu nos primeiros anos de vida dos exercícios de 2015 e 2016 em decorrência das fortes retrações que a economia brasileira sofreu. Como as micro e pequenas empresas são responsáveis pela alta empregabilidade e por mais de um quarto do PIB nacional, a sobrevivência desses empreendimentos é condição indispensável para o desenvolvimento econômico do país.

Segundo Santini et al. (2015 apud RODRIGUES, 2017) existem diversos fatores que levam a essa taxa de mortalidade, apontando-se falta de clientes, falta de capital de giro, obrigações tributárias e pouca experiência do proprietário; o que ocasiona o encerramento das MEP's.

Para Ferreira et al. (2012), não há uniformidade quanto à questão sobre a mortalidade das empresas; por exemplo, empresas que encerram as atividades com

dívidas ou para evitarem-se perdas e dívidas; outras são alienadas ou convertidas para outras atividades; ou não continuam por qualquer outro motivo.

Conforme retrata o SEBRAE (2018), a mortalidade dessas empresas se deve a uma combinação de fatores em quatro grandes áreas: a situação do empresário antes da abertura, o planejamento dos negócios, a capacitação em gestão empresarial, e a gestão do negócio em si.

A falta de planejamento estratégico, para Mendonça (2017), é evidente no cotidiano de micro e pequenos empresários, em decorrência da falta de qualidade dos gestores e da falta de conhecimento sobre a importância do planejamento estratégico pelos diretores das empresas; o que impacta no aumento nas taxas de mortalidade.

Pelo SEBRAE (2018), as maiores dificuldades enfrentadas no primeiro ano de vida das MPE's são a falta de clientes, a falta de capital, a falta de conhecimento, a falta de mão-de-obra, além da incidência de tributos. Embora o Simples Nacional seja o regime de tributação que permita maior taxa de sobrevivência dessas empresas em relação às empresas não optantes, as MPE's pontuam como principais fatores para o não fechamento: menos impostos e encargos (52%), mais clientes (28%), crédito mais facilitado (21%) e melhor planejamento do negócio (18%) (SEBRAE, 2018).

2.2 Capital de giro

Segundo Hoji (2014 apud FERREIRA 2017), o capital de giro é uma ferramenta que ajuda a financiar o ramo de atividade de uma empresa, ou seja, ele gira dentro dela financiando seu ciclo operacional, desde a compra de matéria-prima até o momento de venda e do recebimento dela.

Dessa forma, o capital de giro pode ser considerado uma fonte de recursos financeiros que gira várias vezes dentro da empresa, ajudando-a a manter seu ramo de atividades (FERREIRA, 2017).

Para Ferreira (2017), o capital de giro é conhecido também como capital circulante líquido, ou seja, é a diferença entre ativo circulante e passivo circulante. O ativo circulante são todos os investimentos que a empresa teve em curto prazo, e o passivo circulante são as fontes de financiamento que obteve em curto prazo. Essa

diferença demonstra o quanto a empresa possui de capital para poder pagar pelo giro de suas transações e se há excedente de recursos gerados pelas operações.

2.3 Recursos financeiros

Comumente as instituições financeiras correspondem às principais fontes de financiamento para as empresas; porém, existem alternativas de recursos disponíveis a empresários de micro e pequenas empresas. Como exemplos de alternativas, têm-se o capital próprio, que nem sempre está disponível a essas empresas, e as linhas de crédito para pesquisa e inovação, assim como para financiamento do capital de giro. São linhas disponibilizadas por agências de fomento.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) surge como uma importante opção de financiamento para as necessidades tanto de curto quanto de longo prazo, especialmente pelas taxas de juros reduzidas, as quais costumam ser mais interessantes do que as fornecidas pelas instituições financeiras tradicionais.

As fontes de financiamento que as micro e pequenas empresas têm acesso para crescer e se desenvolver ou até mesmo para a abertura do negócio de imediato são, portanto, várias. Segundo pesquisa do SEBRAE (2017), as empresas optam mais em investir no seu capital de giro. São 53% das empresas do Brasil que usam esse recurso, e 36% para compra de mercadorias. Os recursos utilizados para capital de giro é maior que para ações de investimento. Tem-se, dessa forma, que o crédito disponibilizado pelas instituições financeiras de curto prazo são empréstimos de capital de giro, enquanto os de longo prazo estão associados a investimentos.

Essas empresas procuram diversos tipos de recursos. Além do capital de giro, que é o mais procurado, buscam recursos para compra de mercadorias para revenda, para ampliação do negócio, para compra de máquinas e equipamentos e desenvolvimento de novos produtos, por exemplo. A seguir, expõem-se as principais fontes de financiamento às micro e pequenas empresas.

2.3.1 Fontes de financiamento às micro e pequenas empresas

Considera-se como um dos temas mais relevantes para as micro e pequenas empresas o acesso ao crédito. Ter acesso ao capital é relevante tanto no momento da abertura da empresa quanto após a estabilização das atividades, já que o bom gerenciamento do capital captado pode alavancar os empreendimentos.

Segundo o SEBRAE (2017), o BNDES é uma das fontes de financiamento utilizadas por 21% das MEP's, em que as linhas de financiamento utilizadas são 70% para cartão de crédito do BNDES, 22% para Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), 9% para Progeren (financiamento do capital de giro) e 5% para BNDES automático. O restante das MPE's que não utilizam esse recurso: 45% nunca precisaram, 18% não conhecem, 17% tentaram mais não conseguiram e 7% entenderam o procedimento burocrático.

As fontes de financiamento que mais são utilizadas no ano de 2017 pelas microempresas é a negociação de prazo com os fornecedores com 53%, o cheque pré-datado com 28% e o cheque especial, 29%. Há ainda os empréstimos com bancos comerciais privados e os bancos oficiais com 11% cada.

Os bancos que mais são utilizados por essas empresas são o Banco do Brasil, que representa 20%; o Itaú com 19%; e o Bradesco e a Caixa com 19%. Os outros bancos tem um percentual menor de utilização: Santander com participação de 9%, o SICCOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) e o SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) com 4%, o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) com 2%, Banco da Amazônia com 0,2%, e outras instituições bancárias com 4%.

2.4 Entraves ao acesso de capital

Mesmo que as micro e pequenas empresas necessitem de recursos, ainda persiste certa dificuldade para consegui-lo, já que vários fatores proporcionam uma barreira a ser atravessada, em um cenário de altas taxas de juros. É o principal obstáculo na hora de obter o financiamento. Segundo o SEBRAE (2017), mais de 51% dos empresários optam por não realizar o financiamento pelo fato de a taxa de juros não ser vantajosa.

Outros vários empecilhos também são considerados como barreira: a falta de garantias reais, falta de avalista, e falta de documentação contábil e fiscal. Todos esses fatores são impeditivos ao financiamento da micro e pequena empresa.

Algumas conseguem seus financiamentos sem nenhuma barreira: entretanto, a representatividade é de 19% do total em 2017; porcentagem inferior à apurada em 2015 e 2016 (SEBRAE, 2017).

2.4.1 Endividamento

O alto nível de endividamento também subiu junto com as dificuldades de se conseguir um financiamento. O número de empresas inadimplentes aumentou significativamente em todo o país. Estudos apontam grandes dificuldades para que essas empresas saiam da lista de devedores. Grande parte das empresas dessa lista são prestadoras de serviços.

Apesar de essas empresas impulsarem a economia do país, elas se encontram em perigo de falência, pois a crise somente dificulta a situação delas.

Conforme pesquisa do SEBRAE (2017), as empresas consideradas de pequeno porte são às que mais se encontram inadimplentes, com um percentual de 52,1% mesmo respondendo por uma maior parte de empréstimos em 2017.

Tem-se, portanto, que as micro e pequenas empresas atualmente continuam com uma alta taxa de inadimplência; o que diminui a confiança dos bancos a cada vez que se constatam aumento no endividamento. Assim, os bancos buscam, através de análises de crédito, atribuir uma classificação de risco às empresas, como meio de proteção.

3 METODOLOGIA

Para Gil (2008), as pesquisas podem ser segregadas quanto a seus objetivos e quanto a seus procedimentos técnicos de coleta de dados. O desenvolvimento do presente artigo, quanto aos seus objetivos, baseia-se em uma pesquisa descritiva; e quanto aos seus procedimentos técnicos de coleta de dados, em pesquisa bibliográfica e documental. Tem-se, portanto, uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e com procedimentos bibliográfico e documental.

Cabe à pesquisa descritiva descrever as características de determinados fenômenos por meio da coleta de dados (GIL, 2008). Os dados desta pesquisa

foram coletados da base de dados do SEBRAE para o período de 2017, e são referentes às fontes de financiamento das micro e pequenas empresas brasileiras.

Pela pesquisa documental, tem-se o tratamento analítico dos dados extraídos dos documentos do SEBRAE, conforme os objetivos deste artigo. Por fim, para o embasamento teórico, é necessária a pesquisa bibliográfica, a qual suportou as suposições e análises realizadas.

4 RESULTADOS

O estudo do perfil de financiamento das micro e pequenas empresas durante o ano de 2017, por meio de informações disponibilizadas pelo SEBRAE, permite importantes constatações. A primeira refere-se ao endividamento das MPE's: as empresas de pequeno porte apresentam um endividamento de 52,1%, enquanto as microempresas, um endividamento de 35,3%.

Pelo SEBRAE (2018), de forma geral, a utilização de crédito pelas micro e pequenas empresas vem decaindo continuamente, como percentual do Produto Interno Bruto (PIB) desde 2016, em virtude do quadro econômico nacional adverso. Com efeito, o percentual do saldo total de crédito decaiu de 53,7% no fim de 2015 para 46,6% em maio de 2018. O percentual de micro e pequenas empresas que tentaram obter financiamento bancário até maio de 2018 correspondeu a apenas 17% (83% não tentaram obter financiamentos ou empréstimos em bancos); que é 30% a menos do percentual apurado em 2015.

Esse resultado deve-se, além da conjuntura econômica nacional, às dificuldades de acesso ao crédito, principalmente pela elevada taxa de juros bancária. 51% dos empreendedores consideram esse o grande obstáculo (SEBRAE 2018).

Nos últimos anos, as MPE's deixaram de optar pelos empréstimos bancários. As maiores razões foram a elevada taxa de juros, a falta de necessidade (39%), a não preferência por dívidas (16%), e, por fim, a falta de confiança nas políticas econômicas do país (15%) (SEBRAE, 2017).

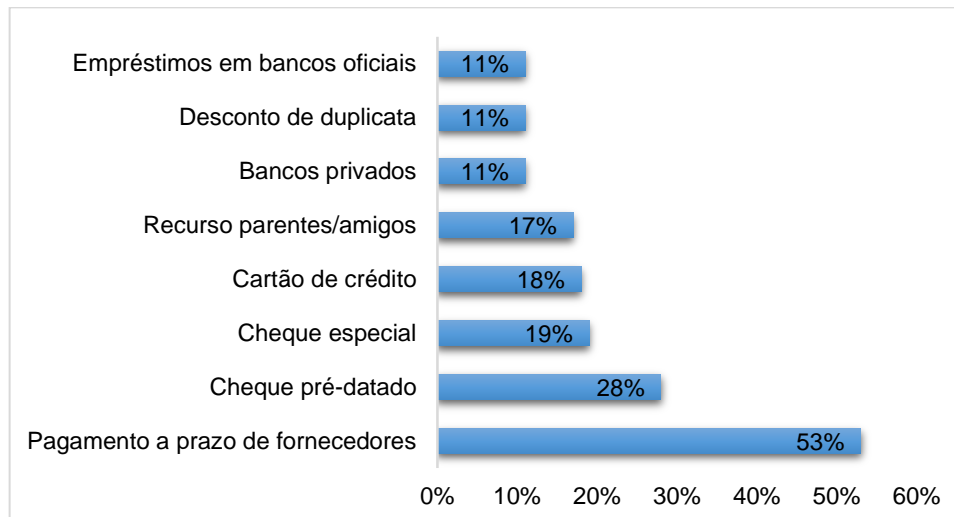
Quanto às formas alternativas de financiamento, as MPE's avaliam melhor as cooperativas de créditos do que os bancos tradicionais para captarem recursos. Em uma escala de 0 a 10, as cooperativas que obtiveram melhores resultados de

empréstimos foram o SICCOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) com nota 8,6 e o SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) com nota 8,3. Já bancos comerciais não foram bem avaliados: o Bradesco obteve nota 6,9 e o Banco do Brasil nota 6,8. Pode-se notar que, no período de 2013 a 2017, as MPE's veem pior os serviços de empréstimos e financiamentos bancários: 28% para 54%, de acordo com SEBRAE (2018).

Enquanto o financiamento por meio de bancos comerciais não é expressivo, têm-se como grandes aliados dos micro e pequenos empreendedores os seus fornecedores. O financiamento por meio de pagamento a prazo a fornecedores corresponde à modalidade mais utilizada de financiamento com 53%, de acordo com o SEBRAE (2017). Na sequência, encontram-se o uso de cheque pré-datado (28%), o uso de cheque especial (19%), o cartão de crédito (18%), e, por fim, recursos oriundos de parentes ou amigos (17%).

O Gráfico 1 evidencia esses fatos:

GRÁFICO 1 - Principais Tipos de Financiamento das MPE's em 2017



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no SEBRAE (2018)

Em relação ao uso dos financiamentos bancários, apenas 11% dos financiamentos são feitos pelos bancos. Seis grandes bancos foram os responsáveis por 81% dos empréstimos concedidos às MPE's em 2017; dentre eles, o BNDES com participação de 19% na concessão de financiamento, conforme relatórios do SEBRAE (2018).

De acordo com o SEBRAE (2017), das MPE's, 21% já utilizaram as fontes de financiamento fornecidas pelo BNDES. O baixo percentual de utilização deve-se a fatores externos e fatores que cabem ações para melhorar, conforme Tabela 1:

TABELA 1 - Principais Motivos para não utilizar financiamento via BNDES

Fatores externos	Percentual
Não precisou	43%
Não conhece	17%
Fatores a serem trabalhados	
Tentativa sem êxito	10%
Burocracia	7%
Outros	23%
Total	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no SEBRAE (2018)

Conforme exposto na tabela das MPE's que não utilizam as fontes de financiamento do BNDES, 43% alegaram que nunca precisaram, enquanto 17% afirmam que não têm conhecimento. Outra estatística recai sobre 10% dessas empresas que já tentaram, mas não conseguiram, pois passaram por algumas dificuldades das quais não sabem nem o porquê. Alegam que existe muita burocracia e que não se enquadraram nos critérios exigidos, de acordo com o SEBRAE (2017).

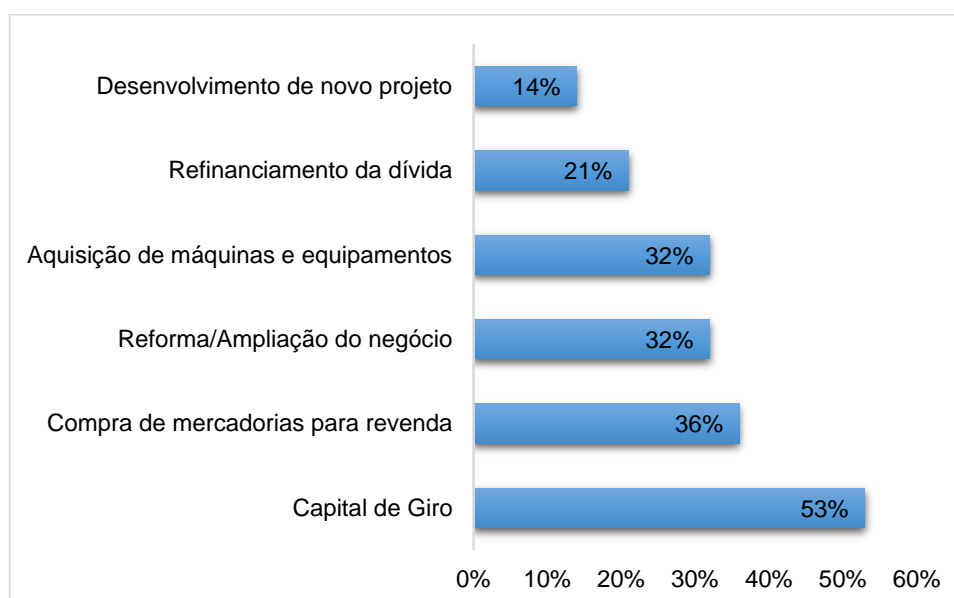
Ainda, conforme apontam dados de pesquisa realizada pelo FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em 2017, as MPE's não conseguem financiamento junto ao BNDES pelo excesso de documentos exigidos; que corrobora o apontado pelo SEBRAE referente à burocracia. Além disso, verificam-se os fatores impactantes: a exigência de elevadas garantias para conseguir o recurso, e o não fornecimento pelo banco da linha de financiamento de que necessita a MPE.

Quando a MPE obtém sucesso na captação de recursos pelo BNDES, a maior parte é utilizada para financiamento da produção e para aquisição de máquinas e equipamentos novos do setor agropecuário. Esse produto é denominado BNDES Finame Agrícola. Se for somente o BNDES Finame, outra modalidade bastante contratada, tem-se sua utilização para aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação, credenciados pelo

BNDES. O Cartão BNDES é bastante utilizado também para a aquisição de produtos credenciados pelo banco, com uma linha de crédito pré-aprovada.

Quanto ao destino dos recursos captados pelas MPE's, constata-se que a maior parte deles é utilizada no financiamento do capital de giro, isto é, utilizada nas operações cotidianas das empresas. Em seguida, com 36%, há o uso dos recursos para compra de estoques para revenda; com 32%, encontra-se o uso dos recursos para melhorias e ampliação do negócio e para aquisição de máquinas e equipamentos, alinhado ao expressivo uso dos recursos via BNDES nas modalidades BNDES Finame Agrícola e BNDES Finame.

GRÁFICO 2 - Finalidades de Novo Empréstimo / Financiamento



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no SEBRAE (2018)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente estudo objetivou — além da relevância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento econômico e social do país, e dos impactos negativos à continuação de suas atividades quanto ao tipo de financiamento adotado — demonstrar como elas se financiaram em 2017. Os impactos negativos podem culminar em altas taxas de mortalidade dessas empresas; o que é traduzido pelos elevados percentuais apontados no trabalho.

Pelos resultados apurados, verifica-se que o financiamento predominante em 2017 é a negociação da dívida com fornecedores. Outras constatações interessantes são o uso de cheque especial e o uso de cartão de crédito para financiamento das operações. Os juros excessivos do uso de cheque especial e do cartão de crédito, caso as faturas não sejam pagas em sua integridade, podem ocasionar dívidas ainda maiores às empresas; com isso, dificultar o pagamento das obrigações.

Outras fontes de financiamento menos expressivas, referem-se aos bancos privados e às cooperativas de crédito. Atualmente, as micro e pequenas empresas vêm aumentando os financiamentos por meio dessas cooperativas e diminuindo os financiamentos por meio de sistema bancário em função da instabilidade econômica do país e dos altos juros cobrados pelos bancos tradicionais.

Uma alternativa menos onerosa é o uso das linhas de crédito do BNDES; no entanto, é constatado que essas linhas não são muito utilizadas, principalmente, porque muitos empresários não as conhecem, pela excessiva burocracia na contratação do financiamento, e por não conseguirem os recursos em função da cobrança de elevadas garantias.

Constata-se, portanto, que as micro e pequenas empresas encontraram-se bastante endividadas em 2017, ou seja, utilizaram-se mais das dívidas do que de recursos próprios para financiarem as suas operações. Dessa forma, é preciso adequado conhecimento das fontes de financiamento para verificarem qual opção melhor se encaixa às necessidades de cada negócio.

Entretanto, para maior facilidade de acesso ao capital, é imprescindível que recursos mais baratos, como disponibilizados pelo BNDES, sejam de conhecimento das empresas. Políticas de incentivo à captação de recursos pelo BNDES e de maiores e melhores informações sobre o banco são necessárias para que uma parcela maior de micro e pequenas empresas conheça e se beneficie desse recurso.

Se esse importante segmento para a economia brasileira tiver maior acesso ao capital por menos custo necessário às suas atividades, elas continuam operando e contribuindo para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, **Diário Oficial da União**, 15 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 11 abr. 2018.

EVERTON JUNIOR, Antônio. **Avanços importantes para as micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, L. F. F.; OLIVAL, F. L.; SANTOS, S. A.; GRISILL, C. C. H.; LIMA, A. C. (2012). Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v19n4/a11v19n4>>. Acesso em: 10 junho de 2018.

FERREIRA, Joice Lessa. **Análise do capital de giro**: um estudo de caso em uma confecção do sul de Santa Catarina. Criciúma: Universidade Estadual de Goiás, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5820/1/Joice%20Lessa%20Ferreira.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira. **O planejamento estratégico como ferramenta**: um estudo sobre a eficiência das micro e pequenas empresas brasileiras. 2017.

RODRIGUES, Ivone Ramos. **A importância das microempresas (ME) no atual cenário econômico brasileiro**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/8951-26471-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/8951-26471-1-PB%20(4).pdf)>. Acesso em: 09 abri. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Crédito**. Disponível em: <<http://datasebrae.com.br/credito/#2017>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Pequenos negócios em números**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no->

brasilestaque15,01e9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SILVA, Patricia Souza. **Pequenos negócios no Brasil: Um estudo das causas de sobrevivência e mortalidade**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.

Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24507/1/MONOGRAFIA.PATRICIA.SOUZA.SILVA.2017.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2018.

Recebido em: 02/09/2018

Aprovado em: 27/09/2018